



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

115
2

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332313-5
APELANTE: Vilma Cristina Aleixo da Silva
APELADOS: Estado de Pernambuco e Outro
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PARA INGRESSO NO CFSd PM/BM/EDITAL 2006. REPETIÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. ÔNUS DA PROVA. 1. O pleito da apelante consiste na repetição do teste de aptidão física do concurso público para ingresso no CFSd PMPE/BM/edital de 2006, ao argumento de que sua inaptidão no teste de corrida de 2.400 metros decorreu da atuação de um dos avaliadores da prova. 2. O Juízo *a quo* considerou que a autora/apelante não se desincumbiu de seu ônus probatório, nos termos estabelecidos pelo art. 333, I, do CPC. 3. De fato, a autora não trouxe nenhuma prova acerca do fato alegado, sequer pugnou pela juntada de documentos por parte dos executores do certame. 4. Nesse contexto, em que nenhuma prova de suas alegações foi concretamente apontada pela autora/apelante, prevalece a presunção de legitimidade e legalidade do ato administrativo de exclusão. 5. Apelo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0332313-5, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332313-5
APELANTE: Vilma Cristina Aleixo da Silva
APELADOS: Estado de Pernambuco e Outro
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da Ação Ordinária nº 0046575-35.2011.8.17.0001 (fls. 75/76), que julgou improcedente o pedido de repetição do teste de aptidão física do concurso público para ingresso no CFSd PMPE/BM/2006, ao entendimento de que a autora/apelante não cumpriu com o ônus de comprovar suas alegações.

Registro que o pleito de antecipação de tutela foi indeferido (fls. 24/25), indeferimento que restou mantido por este Tribunal em sede de agravo de instrumento (nº 257374-2 - em apenso).

A apelante formulou as seguintes **razões** de apelo (fls. 81/84): (i) foi eliminada na fase do teste de avaliação física, na prova de 2.400 metros, visto que o 1º AVALIADOR *determinou que a candidata parasse de correr vez que já tinha conseguido ultrapassar a linha de chegada, entretanto o fiscal da pista, 2º AVALIADOR, ao perceber que a autora parou, fez gestos para que esta prosseguisse, haja vista que a linha de chegada não era a mesma da partida e sim mais adiante, desta feita a autora reiniciou a corrida mais chegando 05 (cinco) segundos após o tempo permitido;* (ii) nesse contexto, o ato administrativo que a eliminou do certame é nulo e ilegal.

O Estado ofereceu as **contra-razões** de fls. 86/94, pugnando, no mérito, pela manutenção da sentença, tendo em vista a legalidade do ato administrativo que eliminou a apelante do certame.

O Ministério Público com atuação neste segundo grau de jurisdição opinou, no mérito, pelo **improvemento** do recurso. (fls. 107/108).

É o relatório no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 06 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

116,

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0332313-5
APELANTE: Vilma Cristina Aleixo da Silva
APELADOS: Estado de Pernambuco e Outro
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito no relatório, o pleito da apelante consiste na repetição do teste de aptidão física do concurso público para ingresso no CFSd PMPE/BM/edital de 2006, ao argumento de que sua inaptidão no teste de corrida de 2.400 metros decorreu da atuação do avaliador da prova, que fez sinal pra ela parar, e, como não havia concluído o trajeto, o segundo fiscal determinou que ela prosseguisse, e, por esse motivo, não concluiu a prova no tempo determinado pelo edital.

Observe que o Juízo *a quo* considerou que a autora/apelante não se desincumbiu de seu ônus probatório, nos termos estabelecidos pelo art. 333, I, do CPC.

De fato, analisando os autos, verifico que a autora não trouxe nenhuma prova acerca do fato alegado, sequer pugnou pela juntada de documentos por parte dos executores do certame.

Nesse contexto, em que nenhuma prova de suas alegações foi concretamente apontada pela autora/apelante, prevalece a presunção de legitimidade e legalidade do ato administrativo de exclusão.

Colaciono, no ponto, o seguinte trecho do parecer do *Parquet* com atuação neste segundo grau de jurisdição (fls. 108):

Ademais, as decisões proferidas nesta Ação Ordinária, bem como no Agravo de Instrumento nº 0257374-2 (autos em apenso) lhe foram desfavoráveis. Não há nos autos qualquer prova capaz de elidir a presunção de legitimidade que milita em favor dos atos administrativos – *in casu*, ato de eliminação do certame.

Ante o exposto, à míngua de prova das alegações da apelante, **nego provimento** ao apelo, mantendo a sentença recorrida por seus próprios fundamentos.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator